

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 3

A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL

Por:
Eblin Farage

Eblin Farage[4]

https://doi.org/10.47519/eiae.p1c3

INTRODUÇÃO

A participação no III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do GEPESSE: "Serviço Social e Educação: desafios do verbo esperançar!", realizado em Franca em novembro de 2023, foi uma possibilidade instigante de diálogo com profissionais de várias partes do Brasil e de outros países sobre os desafios e a atualidade da educação popular. As mesas de debate, entre elas a que dá origem a alguns dos registros apresentados nesse artigo, intitulada "A atualidade e renovação da Educação Popular", partilhada com o professor Felipe Moreira, assim como os grupos de apresentação de trabalho, foram espaços profícuos de reflexões, questionamentos, trocas de experiência e, acima de tudo, de ratificação da perspectiva de que a Educação Popular, hoje, como ontem, se encontra atual, mas necessita de reformulações.

A preparação da fala para a mesa do seminário, assim como a desse artigo, foram acompanhadas de muitas reflexões e inquietações, além de eivadas de dúvidas e questões. O conjunto dessas elucubrações e perplexidades são aqui compartilhadas no intuito de gerar novas reflexões e avançar na relação do Serviço Social com a Educação Popular, estabelecendo vínculos para o fortalecimento do projeto Ético Político da profissão e tendo como horizonte a perspectiva de construção de uma outra sociabilidade, contra-hegemônica à sociabilidade violenta gerada pelo capitalismo.

Importante reconhecer que a quadra histórica que vivemos impõe um conjunto de desafios para as relações sociais, dados os retrocessos das políticas públicas e a disseminação de uma sociabilidade violenta que permeia o cotidiano da vida social e impacta o Serviço Social. A particularidade brasileira, marcada por ser um país colonizado e com mais de trezentos anos de escravidão, imprime de forma estrutural em nossa sociabilidade o racismo, o machismo e a criminalização da pobreza, entre outros elementos fermentados nesse último período pelo ultraneoliberalismo a partir do aprofundamento da crise do capital.

É nesse contexto que se faz relevante iniciar a reflexão, registrando qual a referência que consideramos ao argumentar sobre a atualidade da Educação Popular e de sua necessária vinculação com o Serviço Social. Não partimos de um lugar superficial que analisa a Educação Popular como um espaço de ação com pobres, mas sim como o lugar de uma práxis social, direcionada para o questionamento do status quo e da ordem hegemônica do capital. Como afirma Ana Maria (2001, p. 57), a educação popular "deve contribuir para a elevação da sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformadoras inerentes a essa condição". Ou seja, como indica Silveira (2004), para a construção de um outro 'nós'.

Partindo desse campo de concepção sobre a Educação Popular, o presente artigo será dividido em duas partes, além dessa breve introdução, instigando e partilhando reflexões a partir das seguintes questões: Como a Educação Popular pode contribuir para potencializar o Projeto Ético Político do Serviço Social? Como o Serviço Social e as Assistentes Sociais podem contribuir para a atualidade e renovação da Educação Popular?

Vale destacar que essas questões devem ser compreendidas considerando como pressupostos: i) o materialismo histórico e dialético como referencial analítico; ii) que o capitalismo impõe uma sociabilidade e a cada crise tem a necessidade de buscar formas para sua revitalização; iii) que a luta de classe é atual, apesar de subsumida na era comunicacional; e iv) que a Educação Popular é uma mediação importante para o fazer profissional comprometido com o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Esses são os elementos norteadores para algumas das reflexões apresentadas para o debate e que, enriquecidas pelo diálogo, podem ser potencializadas, reforçadas e revistas, tendo como referência o horizonte da emancipação humana.

SERVIÇO SOCIAL, PROJETO ÉTICO POLÍTICO (PEP) E EDUCAÇÃO POPULAR

Já houve ampla reflexão, por Iamamotto (1995) e Netto (1994), entre outros, sobre as origens do Serviço Social e sua vinculação com diretrizes conservadoras e de manutenção do status quo, que originaram a demanda pela construção do Serviço Social como profissão. Assim como já foi amplamente debatido por esses e outros autores, a exemplo de Abramides (2019), o processo histórico, a partir do Movimento de Reconceituação em sua vertente de Intenção de Ruptura e da aproximação do Serviço Social ao campo da teoria crítica, que fez com que a profissão desse um giro político e teórico, rompendo, sem contudo eliminar, com o conservadorismo e a perspectiva reformadora e adaptadora que preponderou na profissão até a década de 1960/70.

> O projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, coletivamente construído e conquistado pelos profissionais, articula-se ao projeto societário de emancipação humana ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político, técnicooperativo em instrumentos jurídicos que o sustentam (Abramides, 2019, p. 22).

Contudo, como afirmam os autores, mesmo promovendo uma ampla revisão teórica no Serviço Social, que reconfigura a profissão a partir da reformulação do Currículo do Serviço, da construção do Código de Ética da profissão (Resolução nº 276), da Lei que regulamenta a Profissão nº 8.662/93, e da construção das entidades do Serviço Social como o conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS, não foi eliminada no interior da categoria a perspectiva conservadora, que por vezes é até reacionária. Essa perspectiva expressa-se em práticas profissionais abusivas e violadoras de direitos e, também, em Projetos Políticos Pedagógicos, em especial em instituições privadas de ensino e na modalidade de educação à distância, reafirmando o reacionarismo, agora revertido de uma nova roupagem, o ultraneoliberalismo.

Como uma profissão que se ancora na Questão Social e em suas expressões candentes na vida da classe trabalhadora, a realidade social e a conjuntura são elementos centrais a serem consideradas na luta pela direção social da ação profissional. Como uma profissão enraizada na realidade social, a quadra histórica que vivenciamos, de profundas regressões sociais, deve implicar nas elaborações teóricas, atuação profissional e formação dos futuros

assistentes sociais. Assim, tão importante quanto considerar a crise estrutural do capitalismo, como aponta Mézáros (2011), é compreender os desdobramentos particulares, em um país de capitalismo tardio como o Brasil, na busca pela refuncionalização do Estado a partir da necessidade premente do capital de revitalizar suas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Realidade que impacta o Projeto Ético Político do Serviço Social, uma vez que este, vinculado ao processo de organização da classe trabalhadora, tem em seu horizonte, a superação da ordem do capital e a melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora, cada vez mais aviltada e explorada.

Ao longo de sua história o Serviço Social buscou romper com a perspectiva conservadora e se aproximar dos movimentos organizados e autônomos da classe trabalhadora, tendo inscrito essa intenção política nos documentos, leis e elaborações do Serviço Social. Como explicitado nos princípios do Código de Ética da profissão, o compromisso da categoria com "reconhecimento da liberdade como valor ético [...]", "defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo", "ampliação e consolidação da cidadania [...]", "defesa do aprofundamento da democracia [...]" (CFESS, 1993), conjuga-se a outros elementos que nortearam a construção do Projeto Ético Político na década de 1980, e que permanecem mesmo após sua consolidação na década de 1990.

Porém, a construção do PEP, como conjunto de diretrizes para orientar a direção social da profissão e também como expressão do próprio movimento de luta pela redemocratização do país, após o fim da ditadura empresarial-militar (1964-1985) conflita com questões advindas do processo de reconfiguração do Estado diante das exigências da crise capitalista. Iniciamos a década de 1990 com certa maturação na profissão, a partir da consolidação das bases teóricas, do avanço do Serviço Social nas universidades (graduação e pós-graduação) e do avanço político advindo da articulação com outras categorias da classe trabalhadora e movimentos sociais na busca pela redemocratização do país, o que incluiu a luta pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como afirma Abramides (2019, p.23) "a década de 1980 afirmou a direção social da profissão [...] e a década de 1990 conferiu maturidade teórica ao PEP", mas terminamos a década de 1990, com a implementação do projeto neoliberal no país, tendo como marco inicial o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e sendo amadurecido e impulsionado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 19992002) e com continuidades e descontinuidade, nos governos seguintes.

Para o Serviço Social, ainda em processo de consolidação da direção social da profissão, a luta pela construção de políticas públicas e sociais, tendo como referência os avanços possíveis na CF/88, passaram a ser um marco e uma referência para a ação profissional. Porém, nem mesmo havíamos consolidado as conquistas da Carta Magna, e o projeto neoliberal, a partir de um esvaziamento das responsabilidades do Estado diante das demandas de reconfigurações para socorrer o capitalismo e buscando recuperar suas taxas de lucro, torna cada vez mais distante a implementação das conquistas e direitos concernentes à classe trabalhadora.

Nesse processo contraditório de aproximação do Estado, luta por políticas públicas, maturação política e teórica da profissão, outro movimento também se processa, qual seja, o real afastamento do serviço Social dos movimentos sociais e das entidades de classe efetivamente autônomas, como expressão: i) da crise estrutural do capitalismo e ii) da crise

do chamado socialismo real (Netto, 1995), que implicaram em processos de esfacelamento e retrocesso na organização dos trabalhadores em várias partes do mundo. A simbiótica relação entre crise estrutural do capitalismo, implementação do processo de acumulação flexível e crise no âmbito da organização dos trabalhadores tem derivado em perda de autonomia das entidades representativas de classe, retrocesso nas políticas públicas e sociais e avanço do conservadorismo. Elementos importantes para a compreensão da realidade brasileira a partir da segunda década dos anos 2000.

Se com o projeto neoliberal a situação de regressão social vivenciada pela classe trabalhadora já estava intensa, com recrudescimento do conservadorismo, ascensão da extrema-direita e avanço de uma política ultraneoliberal, a situação brasileira se acirra. Dada a particularidade de um país colonizado e historicamente subordinado à economia internacional, sendo um dos últimos do mundo a abolir a escravidão, os traços ultraneoliberais fundem-se com os conservadores, em uma simbiótica relação entre mercantilização, militarização da vida, fundamentalismo religioso, machismo, racismo, lgbtfobia e capacitismo, que ganha sua expressão máxima na eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2019.

Nesse contexto, é mister reconhecer que uma nova fase se abre na sociabilidade capitalista. Ainda mais recrudescida, com menor possibilidades de conquistas por parte dos trabalhadores e com a implementação de uma sociabilidade violenta que impregna o cotidiano da vida social. Recrudescimento que se expressa no aumento da violência, do autoritarismo e do pauperismo.

Sabedores, como afirmou Marx (2001, p. 721), que "[...] produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção[...]", faz-se necessário identificar as distintas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida e os efeitos, identificados como expressões da "questão social", que compõem a quadra histórica do desenvolvimento capitalista, na particularidade de um país de capitalismo dependente como o Brasil.

Com uma história marcada em sua gênese pelo conservadorismo, o Serviço Social, no bojo das transformações societárias impulsionadas pelo desenvolvimento capitalista, pouco a pouco foi se alterando e alinhando-se a um projeto de sociedade que questiona a ordem. O caminho foi longo, cheio de contradições, impulsionado pelas tensões provocadas pela luta de classes em cada um de seus momentos históricos. Nesse percurso, além das movimentações das classes antagônicas em disputa, tem relevo o papel desempenhado pelo Estado na constituição e no fortalecimento do Serviço Social como profissão. Um percurso que tem origem nas demandas da classe trabalhadora, visibilizadas pela evidência da questão social e do desdobramento de suas múltiplas expressões, entre as quais o pauperismo. Por outro lado, também se origina da necessidade das classes dominantes de controlar a população pobre, buscando evitar descontentamentos que questionassem o estabelecido no regramento social de um período histórico aviltante para o conjunto da classe trabalhadora.

Se o início da profissão é marcado por uma perspectiva conservadora, no qual a orientação era a busca pela adaptação dos sujeitos ao status quo, passadas algumas décadas, e em um contexto de tensionamento social, de mobilização e organização de segmentos da classe trabalhadora, assim como a partir da influência da teoria marxista na profissão, um outro contexto para se pensar a formação e a prática profissional é aberto. Reconhecendo

que sua demanda inicial foi dada pelas necessidades da classe trabalhadora em processo de pauperização, como expressão do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, a profissão pouco a pouco se afasta de uma posição conservadora e de busca de enquadramento dos trabalhadores ao instituído, para se aproximar de suas demandas reais de subsistência. Essa perspectiva inaugurada a partir do movimento de renovação da profissão, hoje, com o avanço do conservadorismo e o ultraneoliberalismo, coloca em risco a direção social da profissão. Nesse processo, reconhecer a função cumprida pelo Estado nas transformações sociais é fundamental para o reposicionamento da profissão, pelo menos no que se refere a uma relação quase que exclusiva com o poder público. E, conforme a realidade indica, o reconhecimento e o reposicionamento têm sido realizados pela profissão nos últimos trinta anos.

Segundo Iamamoto (2007, p. 120):

> O marxismo clássico já estabelecia as funções que pertencem ao domínio do Estado: criar as condições gerais da produção; controlar as ameaças das classes dominantes ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade. Essas funções coercitivas se unem às funções integradoras, destacadas pela análise gramsciana, exercidas pela ideologia e efetivadas por meio da educação, cultura, dos meios de comunicação e categoriais do pensamento.

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, deve ser analisado na contemporaneidade a partir das metamorfoses do mundo do trabalho. Assim como as transformações na formação profissional, intimamente vinculadas à dinâmica das relações sociais capitalistas e a necessidade de reconfiguração do Estado. Sendo assim, o fazer profissional é dependente das relações sociais capitalistas, que apresentam horas de grande repressão e horas de grandes conquistas, tendo o Estado como elemento central no processo de condução dessas relações. Daí o desafio de compreensão das funções cumpridas pelo Estado, em especial no que se refere ao processo de apassivamento da classe trabalhadora.

Segundo Souza (2020), o conservadorismo opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo "presentista", negligenciado a história e a teoria como fontes de conhecimento. O neoliberalismo, a globalização, a mundialização materializam-se na vida cotidiana na forma de pauperismo. Em tempos de capital fetiche podemos determinar a questão social em seu nível mais radical, como apresentado por Iamamoto (2007).

Nesse processo, em sua fase capitalista contemporânea, há uma intensificação da mercantilização da vida, tornando tudo o que for possível em mercadoria. Ao mesmo tempo, na busca de superar as crises cíclicas do capital, que, como caracteriza Mézáros (2011) constituem-se no século XXI como crise estrutural, combinam-se formas de expropriação da classe trabalhadora. Por um lado busca-se combinar formas distintas de exploração da força de trabalho, seja com a ampliação da exploração a partir da flexibilização da legislação trabalhista, que ao retirar direitos do trabalhador amplia os lucros dos proprietários dos meios de produção; seja com a combinação de diferentes formas de exploração da força de trabalho, deixando-a sem direitos, a partir de relações flexibilizadas e uberizadas, nos termos indica-

dos por Antunes (2020); seja com a ampliação do trabalho análogo ao escravo; seja com a apropriação privada do fundo público através de parcerias público-privadas, privatizações não clássicas, e mesmo da refuncionalização das políticas públicas, como proposto pela PEC 32/2020, denominada de reforma administrativa.

Esses elementos se fazem sentir na vida cotidiana do conjunto da classe trabalhadora, acirrados pelo profundo processo de crise no campo das organizações políticas, movimentos sociais e partidos políticos contra-hegemônicos, que poderiam contribuir para o processo de organização e resistência da classe trabalhadora. O agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, em especial dos segmentos mais pauperizados, exige respostas imediatas por parte do Estado e do conjunto do poder público. Mas, ao contrário, o que vivenciamos é a intensificação da precarização das condições de vida ante o recrudescimento da política neoliberal, iniciada no Brasil na década de 1990, ainda no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), intensificada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2003) e que, a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 que depôs a presidente Dilma Rousseff (2011-2014, 2015-2016), reconfigura-se como ultraneoliberalismo econômico conjugando a ascensão da extrema direita, impulsionada pela eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2019, com o conservadorismo e o protofascismo, pautado na perspectiva miliciana, fundamentalista e de militarização da vida. Essa realidade não foi acompanhada de avanço na organização coletiva, ao contrário, a fragmentação do campo progressista, contrahegemônico à lógica do capital, pouco a pouco também contribuiu para o processo de apassivamento da classe trabalhadora, implicando em regressão da organização coletiva e fragilidade no processo de enfrentamento aos retrocessos, ao conservadorismo e às contrarreformas que retiram, a cada dia, mais direitos da classe trabalhadora.

É nesse contexto que se torna desafiadora a construção de formas e estratégias que impulsionem a formação da consciência crítica e da identidade de classe do conjunto dos pauperizados. Nesse sentido, o enfrentamento da ideologia dominante, que se materializa no cotidiano das relações sociais, é fundamental. Mas esse enfrentamento deve ser realizado de forma estratégica. A Educação Popular, como mediação necessária para dialogar com o cotidiano da classe trabalhadora, é elemento central dessa estratégia e extremamente importante para a capilaridade das diretrizes postas no Projeto Ético Político do Serviço Social. Em especial no que tange as conexões necessárias com a realidade da classe, com as objetividades e subjetividades da vida cotidiana que permitam instigar a leitura do mundo, nos termos de Paulo Freire.

A relação entre Serviço Social, Projeto Ético Político da profissão e Educação Popular encontra mediação no desafio contemporâneo de contribuir no processo de avanço da consciência crítica da classe trabalhadora, ao menos dos sujeitos que atendemos nos diversos postos de trabalho em que os assistentes sociais estão inseridos. Assim como está posto na dimensão formativa inerente a nossa condição potencial de intelectuais orgânicos, sem, contudo, desconsiderar a influência conservadora, a cada dia mais renovada no âmbito da formação e da atuação profissional. Nesse sentido, não se trata de analisar de forma romântica ou superficial a realidade em que a profissão está inserida, mas sim de buscar caminhos para

a capilaridade do PEP, sob o risco de se tornar ultrapassado ante ao avanço ultraconservador e ultraneoliberal da quadra histórica.

DESAFIOS DA ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR

> Toda leitura da palavra pressupõe uma leitura anterior do mundo, e toda leitura da palavra implica a volta sobre a leitura do mundo, de tal maneira que 'ler o mundo' e 'ler palavra' se constituam um movimento em que não há ruptura, em que você vai e volta. E 'ler mundo' e 'ler palavra', no fundo, para mim, implicam 'reescrever' o mundo (Freire, 1999, p.15).

'Ler o mundo', por vezes, é mais desafiador do que 'ler palavras'. A Educação Popular, em sua perspectiva mais crítica, compreende que ler o mundo implica em construir um outro 'nós', como forma de transformar a realidade, o que requer construções coletivas. Assim, o primeiro grande desafio da Educação Popular é 'ler', de forma atenta, crítica e qualificada, a quadra histórica, as determinações sociais impostas pela sociabilidade do capitalismo e seus rebatimentos na vida do conjunto da classe trabalhadora em cada conjuntura. Mesmo que as determinações estruturais e estruturantes da sociabilidade capitalista continuem as mesmas, reconhecer as especificidades do tempo histórico é um elemento central para garantir a atualidade da Educação Popular.

Compreendendo que o sistema capitalista, como afirmou Marx (2001), cria não só uma forma de produzir mercadorias, mas essencialmente também formas de sociabilidade e cultura, buscando assim a padronização de comportamentos e a adaptação dos indivíduos ao instituído, os mecanismos para o seu domínio ideológico, não são os mesmos com o passar do tempo. A revitalização do capitalismo, passa não apenas pelas novas formas de exploração da força de trabalho, pela usurpação da riqueza socialmente produzida, pela superexploração, mas também, pelas formas de domínio ideológico, que se atualizam e revitalizam na busca de construir consenso. Nesse sentido, também o Estado altera sua forma, mesmo sem alterar o conteúdo, buscando contornos que sejam mais facilmente absorvidos na sociabilidade.

> [...] o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assuma o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista [...] (Gramsci, 2001, p. 427 v. 1).

Assim, é fundamental o reconhecimento de que o capitalismo não acabou, não findará por inanição, e que busca formas incessantes para sua revitalização. Da mesma forma, é necessário reafirmar que o capitalismo não será superado sem organização coletiva contrahegemônica. Daí a necessidade de questionar, no âmbito do projeto político emancipatório, a relação difundida por concepções da pós-modernidade que colocam de forma polarizada: indivíduos x sujeitos; sistemas de comunicação x organização coletiva; competitividade x solidariedade; hierarquia x construção democrática; da meritocracia x oportunidades diferentes

para os desiguais, entre outras concepções que apontam para uma sociabilidade cada vez mais individualista, competitiva e mercantilizada da vida.

Não há como negar que o processo da ideologia dominante ganha corações e mentes, atingindo também amplos segmentos das classes populares que, não estando imunes nem vivenciando nenhum tipo de organização coletiva de pensamento contra-hegemônico, assumem como sua a visão de mundo da burguesia. O empregado que se posiciona como se fosse dono do negócio; o gerente que faz as vezes de capataz moderno; o subempregado, aviltado em suas condições de trabalho, que se entende como pouco esforçado; o trabalhador uberizado que se entende como 'patrão de si mesmo'; o trabalhador em situação análoga a escravidão que compreende que 'deve' ao patrão, entre tantas formas aviltantes e subalternizantes em que a classe trabalhadora se encontra na atualidade. Combater a ideologia dominante, não apenas nas condições materiais da vida do conjunto da classe, passa por dar visibilidade aos processos que geram a desigualdade, de forma estrutural, ou seja, o próprio sistema capitalista, para o qual é fundamental, como já sinalizado anteriormente, considerar a plena atualidade da luta de classes.

Considerando que "os seres humanos que pertencem a sociedades profundamente divididas são levados a misturar e confundir o universal e o particular", como afirma Konder (2020, p. 39), a ideologia acaba por ter essa dimensão na vida de uma parte da classe trabalhadora, causando uma inversão e fazendo do projeto da burguesia, um projeto que parece ser do conjunto da população. Prossegue o autor em diálogo com a teoria marxiana.

> Marx estava convencido de que, sem ir à raiz da alienação, era impossível encaminhar eficazmente a luta para superá-la. Com o movimento operário se tornava possível para o pensamento fundar uma postura revolucionária nova e viabilizar a construção de uma alternativa à sociedade hegemonizada pela burguesia. Pela sua inserção na nova ação histórica transformadora, o pensamento podia alcançar uma compreensão da realidade que reagiria às distorções ideológicas e fortaleceria as ações desalienadoras no mundo alienado (Konder, 2020, p. 42).

É nesse contexto que tem relevância o debate sobre Serviço Social, Educação Popular e ação pedagógica da profissão, que deve implicar em: i) compreender o papel da educação na construção da sociabilidade; ii) compreender porque esses debates/temas ficaram secundarizados ou invisibilizados, na formação e ação profissional, bem como nas produções teóricas e acadêmicas da categoria; e iii) pensar os desafios da profissão para a próxima quadra histórica.

Nesse sentido, somos desafiados a pensar para além da lógica formal e, portanto, pensar a partir da lógica dialética para compreender os intercursos da história e os desafios para superar, como definiu Marx (2007), a pré-história da humanidade. O que necessariamente passa por um processo de formação da consciência, elevando do senso comum ao bom senso, nos termos de Gramsci, a percepção dos trabalhadores sobre as relações sociais. Nesse caminho de reflexão, a Educação Popular pode cumprir um papel de mediação, considerando que a interação com os segmentos da classe trabalhadora, no caso do Serviço Social, pode se dar a partir dos locais de trabalho e da ação pedagógica desenvolvida no fazer profissional, em todo e qualquer campo sócio-ocupacional em que os assistentes sociais estão inseridos. Ir para

além do aparente, buscar os elementos estruturantes que explicam a desigualdade e as condições de aviltamento que a classe trabalhadora vive em seu cotidiano, compreender os 'usuários' como potencialmente sujeitos de sua história, passa por um repensar a ação profissional.

Penso ser no âmbito da questão social que se pode entender parte do desafio para a atuação do assistente social em uma prática de intervenção pedagógica, o que ultrapassa os limites da educação formal e se impõe a todo e qualquer espaço socio-ocupacional. Neste momento em que se tende a cair numa profunda desesperança, internalizando a crise de paradigmas e acatando o individualismo generalizado, permanece o desafio de recuperar um protagonismo real dos subalternos, numa perspectiva de formação integral que, portanto, não se limita ao espaço escolar. Como afirma Nosella (1993, p. 99), "uma educação omnilateral, no sentido de um humanismo pleno e moderno", para o qual a revitalização da educação popular é essencial.

É nessa perspectiva que consideramos a necessária aproximação entre o Serviço Social e a Educação Popular como uma forma de, mediada por uma perspectiva cultural crítica e emancipatória, direcionar a ação profissional junto aos segmentos da classe trabalhadora. A Educação Popular, imbricada em uma dimensão de classe, como afirma Silveira (2004, p. 122), é compreendida:

> 1- Como um investimento político que constrói um lugar voltado para o processo de conhecimento da realidade.
>
> 2- Como espaço que vai possibilitar o trânsito do senso comum ao bom senso. Lugar de apropriação individual e coletiva, no qual está presente uma dimensão ideológica fundamental: a de compreender a base de estruturação da vida social sob o capitalismo e da conformação possível de alternativas de organização da vida social, sob outras bases.
>
> 3- Como espaço das classes trabalhadoras a conformar outro NÓS, antagônico ao hegemônico, este último constituído sob a égide do individualismo, da ausência de solidariedade etc. Portanto, espaço no qual possam ser experimentados novos valores, novos pensares, numa dimensão de práxis na qual ativamente se busca a elaboração da realidade a partir de uma perspectiva humano-social.
>
> 4 - Finalmente, um espaço no qual os sujeitos possam exercitar o singular exercício de suas próprias sínteses, redefinindo e recriando referências de vida, sentidos novos à sua existência individual e coletiva.

As reflexões, debates e ações sobre Educação Popular no Brasil, que se iniciaram, de forma mais sistemática, na década de 1960 com forte influência das experiências da Teologia da Libertação na América Latina e das propostas do educador pernambucano Paulo Freire, foram gradativamente esvaziadas de sentido. A disputa se deu entre diferentes perspectivas sobre a Educação Popular, resumidamente pautadas como: 1) uma prática de educação inclusiva (incluir na ordem os pobres, diminuindo a desigualdade), 2) uma orientação para a

libertação (propondo reformas dentro da ordem do capital) e 3) um conjunto de ações que estimulam a participação e a mobilização política, questionando a exploração do capital, tendo como horizonte a superação dessa sociabilidade. Dentre essas perspectivas, prevaleceu a da Educação Popular em uma forma secundarizada ou, como afirma Iasi, "metamorfoseada em programas de "inclusão social", "desenvolvimento de cidadania", "educação para o trabalho", ou, ainda, como meros "atos de propaganda e de informação" (IASI, 2004, p. 102).

Imbricados pelas contradições que impulsionam os movimentos, pela perspectiva da Educação Popular e pela mediação possível da ação pedagógica do Serviço Social, os assistentes sociais podem compreender que o fazer profissional não deve estar limitado à lógica formal e nem à mediação de direitos na ordem do capital – apesar de ser absolutamente necessária –, mas estruturado para contribuir com o processo de autoidentificação dos trabalhadores enquanto sujeitos sociais, como membros de uma classe que busca não apenas soluções para problemas individuais, mas também para as questões da classe. E, assim, ampliar o horizonte para além do possível dentro da ordem, para além das justas pautas coorporativas e imediatas.

Em certa medida, esse caminho de análise está expresso nos princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, como destacamos a seguir:

> I. (...) autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. (...) recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania (...); IV. Defesa do aprofundamento da democracia (...); V. (...) justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. (...) compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária **(...)**; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias (...); X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população (...); XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Também na Lei que Regulamenta nossa Profissão está expresso em nossas competências: "IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade" (Brasil, 1993), o que deveria implicar uma estratégia de mediação, que pode passar pela Educação Popular.

O Projeto Ético-Político representa um marco na profissão de rompimento com o conservadorismo profissional, evidente nas primeiras décadas do Serviço Social, como indica Netto (1994). O Projeto Ético Político não é algo estático, ao contrário, está em constante movimento e em disputa no interior da categoria profissional. Assim, o enraizamento deste projeto dependerá das estratégias adotadas pela categoria e dos caminhos escolhidos para materializá-lo.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é necessariamente um projeto de sociedade. Em todos os instrumentos que compõem esse projeto há a crítica a esta ordem societária, assim como o compromisso com a classe trabalhadora e suas lutas por direitos. Com a intensificação do neoliberalismo, a partir da década de 1990, o projeto profissional passou a estar efetivamente no campo da resistência, como declara Behring (2013). Os últimos anos do século XX e as primeiras décadas do século XXI têm sido de duras perdas para a classe trabalhadora, configurando um ambiente cada vez mais hostil para a materialização e a expansão dos princípios que orientam o Projeto Ético Político, como enfatiza a mesma autora.

A atuação profissional ocorre sob dois grandes eixos: uma perspectiva coletiva, junto aos movimentos sociais, nos processos de participação e organização popular, e uma perspectiva individual e/ou grupal, com vistas a construir respostas às necessidades básicas dos sujeitos usuários da política urbana, no acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos.

Portanto, o trabalho referenda-se nas reflexões sobre as funções privativas profissionais (Art. 5º do Código de Ética do/a Assistente Social, de 1993), para construção de:

> Estratégias para fazer frente à questão social [que] tem sido tensionadas por projetos sociais distintos, que convivem em luta no seu interior, os quais presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e dos serviços sociais atinentes aos direitos legais inerentes aos poderes do Estado – legislativo, executivo e judiciário" (Iamamoto, 2000, p. 54).

Mas vale destacar que, apesar de permanecer atual, a relação entre Serviço Social e Educação Popular necessita de algumas atualizações, como: i) colocar o debate racial e de gênero de forma absolutamente articulada à condição da classe trabalhadora, como elementos que estruturaram o capitalismo na particularidade brasileira; ii) reconhecer que a luta de classes está atual, e que é impossível conciliar projetos antagônicos, expressos entre os desejos da burguesia e as necessidades da classe trabalhadora; iii) que o processo de formação da consciência parte da base material, das relações em que os trabalhadores estão inseridos, o que deve nos implicar em construir/fortalecer espaços alternativos ao instituído, ou seja, contrahegemônicos, em que os trabalhadores vivenciem outras relações que não as do individualismo, da sociabilidade violenta e da mercantilização da vida; iv) que a categoria profissional tem o desafio de se reconhecer enquanto parte da classe trabalhadora, e assim compreender as mediações com o conjunto de nossa classe, permeados pela Educação Popular como elemento do fazer profissional em todo espaço socio-ocupacional e v) que a formação permanente, deve ser uma construção da categoria e dos trabalhos de Educação Popular a serem desenvolvidos. É nesse caminho, de ratificação do projeto Ético Político do Serviço Social comprometido com a emancipação da classe trabalhadora e com a superação da ordem do capital, que a Educação Popular se coloca como uma mediação atual e necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de consolidação do Serviço Social como uma profissão legítima dentro da divisão sociotécnica do trabalho é atravessado por diversas conjunturas históricas que impuseram fortemente as circunstâncias para as movimentações da profissão. O caminho trilhado pelo Serviço Social não pode ser entendido como uma reta com uma única direção, pois, por muitas vezes, esteve constituído por direções distintas de apreensão da profissão, da forma como o profissional se colocava, da relação com o público usuário e, sobretudo, da prática profissional, ou seja, o que ou a quem, esta prática profissional representava hegemonicamente.

As acentuadas mudanças que ocorreram no campo teórico-metodológico da profissão no Brasil estabeleceram fortes bases de criticidade que passaram a nortear o sentido da profissão, ao mesmo tempo em que permitiram que a categoria se posicionasse com uma identidade hegemônica e que, a partir do Materialismo Histórico e Dialético, apreendesse a dimensão da totalidade, colocando-se ao lado da classe trabalhadora na perspectiva da luta de classes. Esse conjunto de mudanças viabilizou reflexões em busca de um projeto profissional alinhado aos interesses da classe trabalhadora e discussões acerca das implicações das concepções filosóficas conservadoras sobre a dinâmica da atuação profissional e da vida social.

A partir dos debates ocorridos ao longo da profissão, o Serviço Social internalizou em seu cerne o compromisso com a classe trabalhadora. Compromisso este que ficou explícito a partir da construção do Projeto Ético Político, do Código de Ética e da Lei que Regulamenta a profissão, ao visar um processo de atuação crítica, com profissionais seguros de sua capacidade reflexiva de apreensão e intervenção na realidade da vida social, bem como o entendimento e aprimoramento dos instrumentos do Serviço Social orientados ao fortalecimento teóricometodológico e ético-político.

No escopo das atribuições dos assistentes sociais atualmente, percebemos que a relação ético-política muitas vezes não se reflete na prática profissional, limitando-se ao campo teórico, e há uma lacuna na relação de produções do Serviço Social. Há, uma espécie de abismo entre a prática profissional e a relação com os movimentos da classe trabalhadora, pois não reconhece o usuário como protagonista da organização popular, e, portanto, desprendendo-se do Materialismo Histórico e Dialético.

Consideramos que permanece como desafio da profissão, no âmbito da formação, da ação e da produção teórica do Serviço Social, o estreitamento da relação com debates e ações que envolvam a perspectiva da emancipação humana, nos termos apontados por Marx (2009). Ou seja, uma relação mais intrínseca entre Serviço Social e a organização autônoma dos trabalhadores, atravessados pelos debates que permeiam sua existência, mediados pela Educação Popular como uma perspectiva de ação profissional que exercita uma ação pedagógica vinculada ao Projeto Ético-Político.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**: Rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Industria 4.0**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 13 set. 2021.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1995.

CFESS. **Resolução CFESS nº 273**. Código de ética da Profissão. Brasília: CFESS, 1993.

FREIRE, P.; BETTO, F. **Essa Escola Chamada Vida**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia- a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**: capital Financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IASI, M. Educação Popular: Formação da Consciência e Luta Política. *In*: SILVEIRA, M. L. S da (org.). SEMINÁRIO EDUCAÇÃO POPULAR E LUTAS SOCIAIS, 2004, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. CD-ROM

KONDER, L. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: editora Expressão Popular, 2020.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. *In*: **O Capital**: Crítica da Economia Política. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

MARX, K. Prefácio. *In*: **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

MARX, K. **Para a Questão Judaica**. [S. l.], Editora Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós64. São Paulo: Cortez, 1994.

NOSELLA, P. **Antonio Gramsci**: apontamentos e notas esparsas para um conjunto de ensaios sobre a história dos intelectuais. [S. l.]: Mimeo, 1993.

SILVEIRA, M. L. S. da. Educação popular: novas traduções para um outro tempo histórico. *In*: **Seminário de Educação Popular**. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ, 2004. CD-ROM.

SOUZA, J. M. Anunciação de. Características gerais do conservadorismo na contemporaneidade. *In*: SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

VALE, A. M. do. **A educação popular na escola pública**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357